


## **Mário de Andrade e os azulejos azuis no centro de São Paulo: historiando o desaparecimento da igreja Nossa Senhora dos Remédios**

**Cristiane Souza Gonçalves**

Pós-Doutoranda – Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),  
Guarulhos, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0002-8293-8160>  
E-mail: [crisgon.arq@gmail.com](mailto:crisgon.arq@gmail.com)

**Resumo:** A intenção de demolir a igreja Nossa Senhora dos Remédios fez parte do escopo de ações do Plano de Avenidas, na cidade de São Paulo, que, nos seus desdobramentos, previa a ampliação da Praça João Mendes entre os trabalhos para implantação da porção sul do Perímetro de Irradiação. Não obstante a indicação de Mário de Andrade para que a igreja integrasse a lista de bens paulistas a serem protegidos pelo recém-criado SPHAN, sua demolição tornou-se concreta em 1943. No processo de desaparecimento, vozes dissonantes se manifestaram na mídia impressa, recursos financeiros e técnicos foram empreendidos em onerosas desapropriações, e imagens documentaram a dissolução cedendo lugar ao vazio de uma nova forma urbana. Esta trajetória, impregnada de sentidos ocultos, disputas e apagamentos na área central, permanece como possibilidade de reflexão e, não por acaso, entrecruza-se com a própria figura do escritor de Pauliceia Desvairada.

**Palavras-chave:** Igreja Nossa Senhora dos Remédios; Demolições; Plano de Avenidas; São Paulo; História Urbana.

### **Mário de Andrade and the blue tiles in the center of São Paulo: historicizing the disappearance of the Nossa Senhora dos Remédios church**

**Abstract:** The purpose of demolishing Nossa Senhora dos Remédios church was part of the scope of actions of the Avenues Plan (Plano de Avenidas), in São Paulo, which included the implantation of the southern portion of the Irradiation Perimeter (Perímetro de Irradiação) and the expansion of João Mendes Square. Despite Mário de Andrade's recommendation in favour of the Remédios protection through its inclusion in the list of assets of São Paulo State by the newly created SPHAN, its demolition became concrete in 1943. In the disappearance process, dissenting voices expressed themselves in the printed media, financial and technical resources were invested in costly expropriations, images documented the emptiness of a new urbanity taking place amid the dissolution of the temple. This trajectory, full of hidden meanings, disputes and deletions in the central area, remains as a possibility of reflection and, not by chance, intertwines with the very figure of the writer of Pauliceia Desvairada.

**Keywords:** Nossa Senhora dos Remédios church; Demolitions; Avenues Plan (Plano de Avenidas); São Paulo; Urban History.

**Texto recebido em: 20/04/2021**

**Texto aprovado em: 21/09/2021**

Várias denominações foram dadas ao largo onde se situava a igreja Nossa Senhora dos Remédios, erigida na primeira metade do século XIX: Largo de São Gonçalo (ANDRADE, 1981), Largo da Cadeia (FINA, 1962; PORTO, 1996)<sup>2</sup>, Largo do Teatro (SESSO Jr., 1995; GERODETTI, 1999)<sup>3</sup>, Largo da Assembleia e Largo Municipal, são algumas delas. O antigo Largo dos Remédios sofreu várias modificações durante o século XIX, entre as quais a desapropriação de casas para que o contíguo Largo do Pelourinho<sup>4</sup> fosse remodelado em 1864. Em 1887, sob a denominação de Largo da Assembleia, além do Paço Municipal (demolido na década de 1930), das igrejas dos Remédios e de São Gonçalo, havia a residência do Dr. João Mendes e o antigo Liceu de Artes e Ofícios. Os interiores dos Remédios também receberam inúmeras atividades além do culto religioso: de escola à tipografia, chegou a abrigar usos comerciais aos fundos, nas primeiras décadas do século XX. Nenhuma transformação seria, no entanto, tão definitiva quanto a que ocorreria na década de 1940.

A intenção de demolir a igreja Nossa Senhora dos Remédios, fez parte do escopo de ações que integravam o *Plano de Avenidas* (LEME, 1990)<sup>5</sup>, mais especificamente do rol de trabalhos previstos para implantação da porção sul do Perímetro de Irradiação e que incluía o redesenho da atual Praça João Mendes. Originário da ideia do engenheiro Ulhôa Cintra (LUCCHESI, 2016)<sup>6</sup> para criação de um anel viário em torno da área central e desenvolvido a pedido da municipalidade, o primeiro estudo foi apresentado à Câmara em 1922. Publicado dois anos depois, em 1924, o projeto foi se expandindo e se consolidando no âmbito da administração pública municipal, culminando com a concretização do Plano de autoria de Cintra e Francisco Prestes Maia<sup>7</sup>. Estruturada a partir da noção de remodelação viária, a proposta a ser implantada se baseava em um esquema de circulação radial perimetral, ou seja, em vias traçadas a partir do perímetro de irradiação em direção a todos os quadrantes da cidade, podendo ser dividido em dois componentes básicos: perimetral e radial.

O sistema perimetral é composto por três anéis viários. O primeiro, envolvendo a área central, é denominado perímetro de irradiação. O segundo anel, “boulevard exterior” nome inspirado nos boulevards franceses, era traçado sobre o leito das linhas férreas da São Paulo railway e da Sorocabana. O terceiro anel, denominado circuito de ‘*parkways*’ fecha o círculo em torno à área urbanizada da cidade naquela época, traçado sobre as marginais do rio Tietê e rio Pinheiros, segue até as cabeceiras do Ipiranga e desce o vale do Tamanduateí até a confluência com o Tietê (LEME, 1990, p. 21).

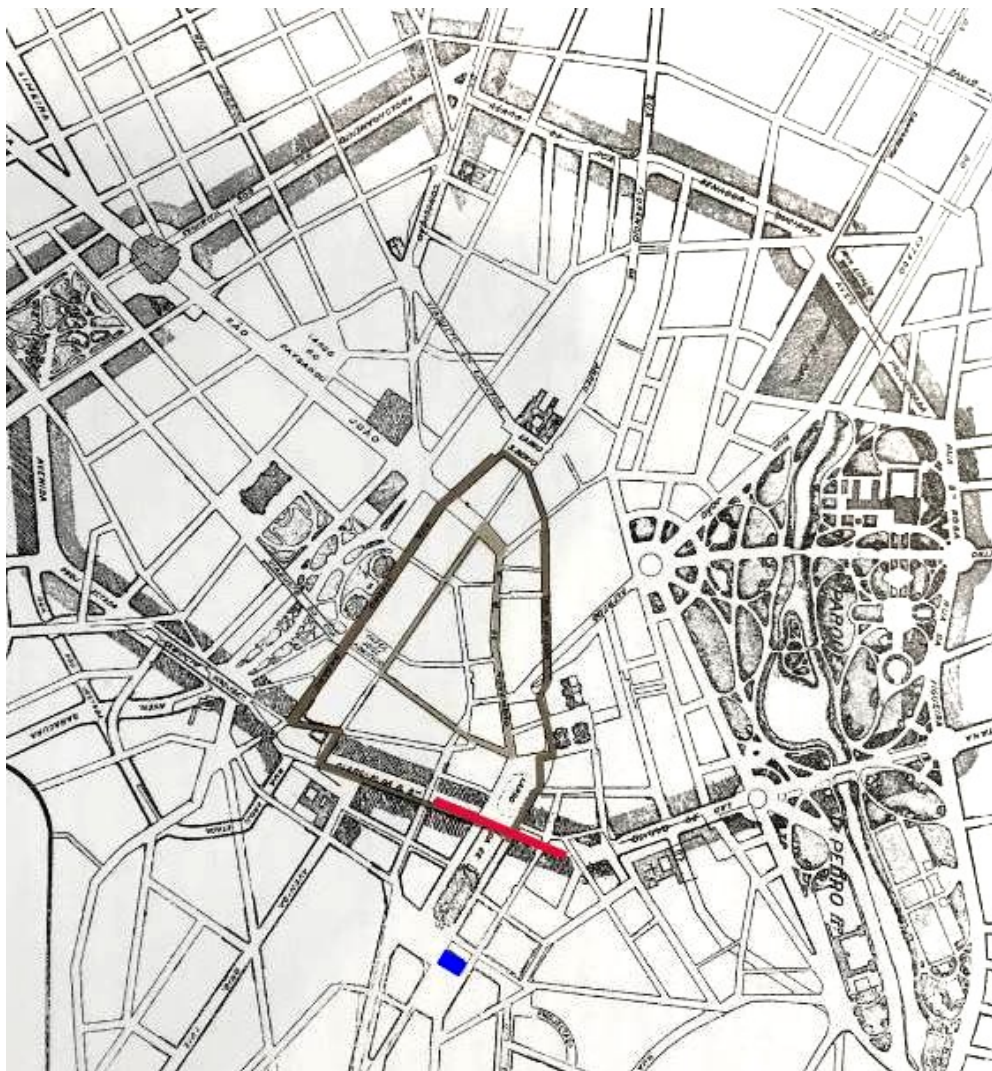
Entre os principais desafios técnicos para implantação do primeiro anel, Prestes Maia apontava “a exiguidade em área e em número de ruas, a dificuldade de acesso, feito em grande parte por ladeiras íngremes e finalmente por comportar não apenas o tráfego próprio, mas também o cruzamento de correntes externas” (LEME, 1990, p. 22). O perímetro de irradiação foi adotado, então, como um sistema interligado de avenidas contornando a área central com o intuito de “descentralizar a vida comercial e, assim ampliar o centro; desviar as correntes de passagem; distribuir a circulação pelas ruas secundárias; integrar no centro os setores segregados; conservar-lhe o aspecto local, na medida do possível” (MAIA. *Apud.* LEME, 1990, p. 23). No chamado “triângulo central” a implantação do Plano de Avenidas previa um caráter mais conservador no sentido de buscar evitar ao máximo as desapropriações em razão dos preços dos terrenos.

A efetiva transposição do esquema teórico para o plano da cidade trazia, portanto, dificuldades técnicas que já se anunciavam desde os estudos iniciais: a largura das ruas e sua densa ocupação, geradora de fluxos intensos; a segregação das áreas pela topografia com vales a transpor; e os custos envolvidos. Estes dilemas seriam enfrentados com a hierarquização das vias, de larguras variáveis conforme o fluxo previsto, a criação de viadutos e o aperfeiçoamento dos existentes.

Também atacamos todo o setor sul do Perímetro, da Praça da República ao Parque D. Pedro II, trecho assás difícil pelo acidentado do trajeto. Ai a avenida transpõe, em menos de um quilômetro, três vales por meio de três viadutos: um concluído e dois em início. O trajeto segue as ruas S. Luiz e Maria Paula (33 ms.), *praça João Mendes*, rua Anita Garibaldi, *praça do Carmo* e *Ladeira do Carmo* (44 ms.). Tem a particularidade de cortar um bairro próximo, mas depreciadíssimo – o Bexiga, que valoriza e integra no conjunto urbano. Traçado difícil, mas que paradoxalmente ilustra um dos seus objetivos: a ligação direta de setores contíguos, hoje separados por acidentes topográficos (MAIA, 1945, p. 10. Grifo nosso).

Aproximando-nos da área nas imediações da Catedral da Sé e da citada praça João Mendes, onde se localizava a igreja dos Remédios, observamos que, na primeira versão, Cintra traça o Perímetro de Irradiação cortando o Largo da Sé ao meio [*ver figura 1*], mas, com a continuidade dos estudos, a solução de fluxo fora resolvida com o primeiro anel passando pelos fundos da Catedral. Em termos práticos, a proposta final, mais onerosa, representou não só a construção de um novo viaduto para transpor a depressão do vale do Itororó, como também um maior volume de demolições – uma vez que o novo trajeto pouparia a Escola de Comércio Álvares Penteado, no Largo São Francisco, mas resultaria, ao fim e ao cabo, em

uma nova frente de arrasamentos nos espaços ocupados pelo edifício da Assembleia e pela quadra da igreja dos Remédios. Segundo Vicente (2019), o que seria gasto com a demolição da Escola e de sua pequena quadra seria significativamente menor, uma vez que “toda a área em frente à soleira da Catedral estava livre e a Praça Clóvis Bevilacqua já estava em processo de arrasamento” (VICENTE, 2019, p. 2).



Fonte: Adaptado de TOLEDO, 1996.

### FIGURA 1

#### Primeira versão de Ulhôa Cintra para a Avenida de Irradiação

Em vermelho destacamos o trecho que secciona o Largo da Sé em duas frações, e deixa intacta a quadra da igreja dos Remédios (em azul)



Para a ampliação da Praça João Mendes, estabelecida pelos Atos 1546 de 24/2/1939 e 252 de 14/10/1941 (MAIA, 1945, p. 10), a justificativa para as demolições se enquadrava no seguinte contexto:

Complementares dos melhoramentos mencionados são a remodelação do Parque do Anhangabaú, a abertura da Praça do Carmo (230 x 130 ms.), da praça das Indústrias (220 x 85 ms.), da praça S. Luiz (90 x 60 ms.), *ampliação e remodelação da praça João Mendes (280 x 70 ms.)*, alargamento e conclusão da rua Xavier de Toledo, e a abertura da rua atrás da Escola Normal (38 ms.). Em todos os casos a preocupação dominante foi obter mais espaço, passagem e pontos convenientes de retorno para os veículos coletivos e aliviar as praças centrais mais congestionadas, como as da Sé e Correios. Nos dois primeiros nomeados, convém notar o aproveitamento das perspectivas para localização de grandes massas arquitetônicas (MAIA, 1945, p. 12. Grifos nossos).



Fonte: Adaptado de TOLEDO, 1996.

## FIGURA 2

### Trecho do SARA BRASIL (1930) no entorno da Catedral da Sé, Palácio da Justiça e Praça João Mendes

Ao centro, rua Irmã Simpliciana (em vermelho) e igreja dos Remédios (em azul).

Algumas das “grandes massas arquitetônicas” citadas por Maia estavam em plena construção, como a nova Catedral da Sé e o Palácio da Justiça – edificadas ao longo das primeiras décadas do século XX, e que nascem já como integrantes da nova monumentalidade pretendida para a cidade. No cadastro SARA BRASIL, de 1930, é possível perceber o quanto esta escala contrastava com os estreitos lotes e as modestas edificações da área contígua à igreja Nossa Senhora dos Remédios [*ver figura 2*]. Sobre os estudos que antecederam as demolições ocorridas no período, e o intuito de atingir determinados efeitos visuais como no alargamento da Avenida Tymbiras, Prestes Maia esclarece:

Procuramos efetuar os alargamentos pelo recuo de um só lado. Na av. Tymbiras tal porém não era conveniente, porque o eixo incidiria sobre a Escola Normal muito fora do centro. Como é de esperar neste local um edificio grandioso, Congresso ou outro, a questão não era desprezível e para obter a coincidência tivemos de obliquar ligeiramente o eixo.

Na Av. Tymbiras, artéria monumental, era de rigor a linha reta. Na Senador Queiroz não havia a mesma necessidade e acompanhamos o traçado existente (MAIA. *Apud.* LEME, 1990, p. 28).

Citando o caso específico da Praça da República, que após a remodelação iria “ganhar em monumentalidade o que perder em pitoresco”, Maia comparava “seu aspecto provinciano” a uma aberração que se chocava com as “necessidades modernas de circulação” (MAIA, 1945, p. 12). A justificativa, dourada com argumento de viés tecnicista, enquadrava-se ao contexto da igreja Nossa Senhora dos Remédios que, a partir das referências encontradas na imprensa, passou a ser referida como um obstáculo à modernização da cidade. Os aludidos ganhos na circulação viária justificariam, então, os elevados custos de desapropriação e o maior volume de demolições, quando comparado ao trajeto primitivo que atravessava o Largo da Sé. Na publicação de 1945, Prestes Maia elencava entre as expropriações que se destacaram pelos volumosos recursos financeiros dispendidos e pelo alcance da jurisprudência “os casos Carapicuíba, Taçaindaba, Antartica, igreja dos Remédios, Morato, Caldas, Barata, Lara, Pucci, Pucci, Gordinho, Cardamone, etc.” (MAIA, 1945, p. 33).

O argumento de um pequeno e inevitável preço a pagar, com o apagamento dos Remédios, é construído a partir da oposição entre as novas áreas – amplas, funcionais, belas e limpas –, e o antigo casario, lotes e becos – irregulares e insalubres – que, como carroças no caminho, atravancavam o impulso da metrópole em expansão.

A Prefeitura cuida, no momento, apenas de seu ponto inicial, com a eliminação, já decretada, da quadra da igreja dos Remédios. Unir-se-ão as praças João Mendes e Sete de Setembro, desaparecendo o estrangulamento aí existente.

Preparemos S. Paulo para quando ele tiver três milhões de habitantes. E não está longe este dia (CORREIO PAULISTANO, 9 fev. 1940, p. 4).

O apelo para a questão funcional, de adequação da malha viária para os deslocamentos de uma crescente população circulando pela área central, trazia um pretexto de ordem estética do qual não escapou nem a catedral metropolitana:

São Paulo está urgentemente necessitado de uma igreja à altura de sua população e principalmente de sua importância como sede de um numeroso rebanho de católicos. (...) Na igreja dos Remédios, depois que saem as procissões é preciso fechar as portas, afim de evitar que a multidão tome de assalto as duas ou três dúzias de assentos que ali existem.

A Catedral é, já agora, uma necessidade, quer sob o ponto de vista da religião, quer sob o do urbanismo.

*O sr. Prefeito Prestes Maia está compondo, como se sabe, para a cidade de Anchieta uma nova e esplêndida fisionomia. A praça da Sé, apesar de já ter sido cognominada “a mais feia do mundo”, vai entrar no plano de renovação: terá, aos fundos, a nova praça João Mendes e num dos flancos a praça Cívica, em frente ao Palácio da Justiça. Os ônibus e os bondes, que hoje tomaram conta dela como de uma estação, serão removidos para a rua XI de Agosto, a um canto do largo em perspectiva.*

*Não é justo, então, que só a Catedral continue marcando passo, com aquele seu ar de monumento envelhecido antes do tempo (CORREIO PAULISTANO, 8 nov. 1942, p. 4. Grifos nossos).*

Neste sentido, a igreja Nossa Senhora dos Remédios não era a única considerada “de valor histórico e artístico discutível” (Ata da Assembleia Legislativa de São Paulo, 1941, p. 369)<sup>8</sup>. Segundo Prestes Maia, as primeiras demolições para a ampliação da praça João Mendes – cuja remodelação foi inaugurada em novembro de 1944 – teriam tido início em janeiro de 1942 no trecho da Rua Irmã Simpliciana (MAIA, 1945, p. 12). Em novembro daquele ano, o Correio Paulistano reportava a aprovação do decreto-lei dispondo sobre o arrasamento de duas edificações significativas na área – o prédio da Assembleia e a igreja dos Remédios – para abertura da Avenida de Irradiação e construção da praça cívica:

*Quer isso dizer que está por poucos dias o velho ‘Edifício do Congresso’. Ele e a igreja dos Remédios, que naquele trecho da cidade representavam o São Paulo antigo, vão abrir espaço, sob a picareta do urbanismo, às obras idealizadas pelo sr. Prefeito Prestes Maia, obras que no curto espaço de quase um lustro colocaram a nossa capital entre as mais belas cidades do Brasil e da América.*

*Concertar [sic] a praça João Mendes e abrir na rua XI de Agosto a praça Cívica foi o único recurso contra a praça da Sé que, no estado em que se encontra, não oferece, sob o ponto de vista urbanístico, nenhuma possibilidade, nenhuma perspectiva, nenhuma esperança de melhoramento. A praça da Sé continuará, por isso, como a vêm [sic] no momento os nossos olhos. Aos fundos, no entanto, da Catedral, abrise-á a majestosa praça João Mendes, (...). Aos fundos do Santa Helena, na embocadura da Avenida Rangel Pestana, abrise-á, por sua vez, a praça Cívica assim denominada por causa das repartições oficiais que ali serão construídas.*

Voltando, porém, ao ‘Edifício do Congresso’ força é reconhecer que a ele se acha ligada uma grande parte da história de Piratininga. Antes de servir de sede ao Poder Legislativo, serviu como cadeia pública. (...) Se é certo que as casas também têm alma (alma ou fisionomia própria, o que, em se tratando de casas vem a dar na mesma), o ‘Edifício do Congresso’ tem a sua, inconfundível.

*As exigências da remodelação de São Paulo condenaram irremediavelmente o velho prédio. Paciência! São Paulo, afinal das contas, não tem culpa de haver crescido tanto (CORREIO PAULISTANO, 21 nov. 1942, p. 5. Grifos nossos).*

Entre os anos de 1936 e 1939, nas notícias veiculadas sobre a igreja dos Remédios eram frequentes as menções a “missas, procissões e momentos representativos para a população negra, como o caso do quinto aniversário da Frente Negra Brasileira” (ATIQUÉ; VICENTE, 2021), celebrado na própria igreja em 1936 (CORREIO PAULISTANO, 22 de set. 1936, p. 6). Em 1939, com a manchete “Vai ser ampliada a praça 7 de setembro” o jornal paulistano exemplifica o tom de condenação irreversível que ditaria as próximas colunas até 1943 ao justificar a demolição do templo “por necessidades imperiosas do desenvolvimento da capital paulistana” (CORREIO PAULISTANO, 26 fev. 1939, p. 3). Expressões elogiosas das transformações como “notável remodelação, (...) apreciável alargamento, (...) única e espaçosa praça” (FOLHA DE S. PAULO, 26 fev. 1939, p. 7) tornam-se frequentes no cada vez menor volume de menções nos jornais (VICENTE, 2019)<sup>9</sup>. As manifestações contrárias às demolições são tornadas inócuas pela expressiva campanha governamental levada a cabo pelo governo getulista que se valeu do fechamento da Câmara Municipal para realizar a desapropriação de imóveis e a intensa modificação da área central de São Paulo “à revelia de discussões públicas” (VICENTE, 2019, p. 4).

Momentos antes do desaparecimento da igreja dos Remédios, uma voz importante se levanta em sua defesa: Mário de Andrade<sup>10</sup> a incluiu na lista de bens paulistas a serem protegidos em nível federal pelo então recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).



## O escritor encontra a fachada de azulejos azuis

Ao mesmo tempo em que o Plano de Avenidas dava os primeiros passos em direção à sua concretização, tinham início a estruturação e as primeiras atividades do Departamento de Cultura do Município de São Paulo cuja criação, em 1935, contou com o esforço de figuras importantes da cena cultural paulistana, tais como Paulo Duarte<sup>11</sup>, Sergio Milliet<sup>12</sup> e o próprio Mário de Andrade que se tornaria seu primeiro diretor. Além dos muitos desafios impostos por uma estrutura administrativa em formação, o andamento dos trabalhos iniciais seria impactado por um contexto político que amplificaria as dificuldades técnicas, entre as quais se encontravam as ações para identificação e preservação dos monumentos históricos e artísticos na capital.

Enquanto isso, em São Paulo, o prefeito Francisco Prestes Maia (1938-1945) – nomeado pelo novo interventor do Estado, Ademar de Barros (1938-1941), e insensível às questões de cultura – *daria início ao seu plano de remodelação viária da Capital com a prepotência característica dos governos autoritários, contribuindo para o desaparecimento de alguns bens culturais paulistanos, entre os quais um sugerido por Afonso de Taunay como digno de proteção naquele ano de 1937, a velha igreja de Nossa Senhora dos Remédios (demolida em 1943)*. Sob esse aspecto, Prestes Maia não agia diferentemente dos velhos prefeitos paulistanos da Primeira República, Antônio Prado e Raimundo Duprat, que aproveitaram as obras urbanísticas que implementavam (1899-1914) para derrubar antigas construções coloniais, vistas como resquícios estorvantes do passado, cuja presença era incompatível com a moderna Capital que se propunham a construir (CAMPOS, 2006. Grifo nosso).

O golpe de Estado de novembro de 1937<sup>13</sup> rapidamente atingiria o Departamento de Cultura e seus idealizadores: Paulo Duarte seguiria para um exílio de quase nove anos e Mário de Andrade seria demitido, partindo para o Rio de Janeiro onde foi acolhido por Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>14</sup>, primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão federal de proteção do patrimônio cultural também criado sob a égide do governo getulista (CAMPOS, 2006).

É inegável a importância de Mário de Andrade na estruturação da política de proteção do patrimônio histórico e artístico do país. Com convite de Rodrigo M. F. de Andrade, Mário – um dos articuladores do movimento modernista que mapeou, nas diversas expedições que empreendeu, expressões representativas de uma identidade nacional – se somaria ao grupo de vanguarda das artes e da literatura

cujo “traço comum era a crença na possibilidade de emancipação cultural da Nação (...) e a firme convicção de estar (...) instrumentalizado para interpretar o caráter nacional e identificar os objetos que o representariam” (SANT’ANNA, 1995, p. 117).

Não por acaso o olhar da instituição se voltaria para Minas Gerais – território de origem do primeiro diretor. Ao contrário, o projeto fundador do SPHAN estava profundamente conectado à política nacionalista do Estado Novo, a partir da qual se aglutinariam ações em torno da perspectiva de uma unidade nacional. A seleção do conjunto a ser denominado patrimônio histórico e artístico entraria neste plano global como componente indispensável no processo de formação do Estado, que passaria, então, a ser dotado de uma história nacional, materializada, construída, e cuja leitura poderia ser feita, fisicamente, a partir de um patrimônio tangível, selecionado e reconhecido “por toda a comunidade nacional imaginada, tornando-se natural e inquestionável” (CHUVA, 1998, p. 17).

Se a memória coletiva pode ser entendida como intenção e como ato relacionado, não ao passado, mas ao presente, naquele momento ela seria resultante das escolhas feitas pelo seletivo grupo de intelectuais e colaboradores reunidos em torno da figura de Rodrigo M. F. de Andrade. O tombamento das cidades mineiras, ainda em 1938, e as primeiras ações para sua salvaguarda ilustram o momento inaugural da atuação do órgão federal, no qual as ações de seleção do conjunto de bens a serem inscritos na lista do patrimônio nacional revelam o olhar modernista que elegeu o período colonial e o barroco mineiro como bases da matriz discursiva e símbolos da identidade nacional que se encontrava em construção (RUBINO, 1996; SANTOS, 1996)<sup>15</sup>.

Mário de Andrade participaria ativamente das atividades pioneiras do SPHAN, antes mesmo de sua formalização, pois, ainda em 1936, foi convidado a elaborar o anteprojeto de sua criação. Nele, explicitaria suas concepções de arte e cultura, bem como o papel do intelectual e do educador em prol da proteção do que denominou patrimônio artístico nacional. Sem preocupação em transformar sua proposta em texto legislativo (SANT’ANNA, 1995, p. 86)<sup>16</sup>, entre os objetivos arrolados pelo documento de Mário de Andrade estavam ações de *organizar*, *conservar* e *defender* o patrimônio artístico nacional, e a ideia de *propagar* em que se previa a criação de duas séries de publicações para a divulgação dos trabalhos do SPAN<sup>17</sup> – que o texto da lei de 1937 não discute, mas que foi colocada em prática com as edições das Revistas do Patrimônio. Rodrigo M. F. de Andrade não só seguiu os conselhos do próprio Mário (ANDRADE, 1981)<sup>18</sup>, como fez uso de sua experiência

como advogado não transpondo, literalmente, a proposta do *Anteprojeto* para os termos legais ao criar o decreto-lei n. 25/37. Ao invés disso, realizou modificações (MARTINS. *Apud.* CHUVA, 1998, p. 137-138)<sup>19</sup> e manteve alguns de seus critérios, como a inscrição dos bens nos chamados Livros de Tombo.

Em abril de 1937, Mário de Andrade aceita o convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade e torna-se Assistente Técnico da Regional Paulista do SPHAN (CAMPOS, 2006)<sup>20</sup>, iniciando com afinco, no mês seguinte, o levantamento preliminar das edificações existentes, no Estado de São Paulo, com especial interesse de preservação:

o que eu queria pedir a você era elaborar um plano (...), no sentido de serem inventariadas tão completamente quanto possível as obras de arquitetura com interesse artístico ou histórico existentes em São Paulo. Não se trata ainda do tombamento (...). O que lhe peço é apenas um inventário preliminar, com os seguintes dados a respeito de cada edificação a relacionar: descrição sumária, histórico breve, autoria da obra (quando for possível apurá-la), material empregado na construção (cantaria, taipa ou o que for), estado atual da conservação, reforma ou alterações que tiver sofrido, reparos urgentes de que precisar, referências bibliográficas que existirem a seu respeito e, por fim, documentação fotográfica (esta última tão completa quanto possível) (ANDRADE, 1987, p. 125).

O documento, intitulado “São Paulo. Sexta Região. Primeiro Relatório”, preparado por Mário de Andrade e enviado em outubro daquele ano, apresentava três pastas contendo, respectivamente, a relação de monumentos arquitetônicos, a documentação fotográfica recolhida e um anexo no qual era apresentado um modelo de ficha de tombamento. Ao comentar as dificuldades das viagens, dos escassos recursos financeiros até para realizar a documentação fotográfica, dos acessos negados ao interior dos imóveis apesar das credenciais apresentadas, Mário de Andrade revela um olhar panorâmico sobre o acervo arquitetônico paulista, lamentando o que foi perdido em razão do “vertiginoso progresso ocasionado pelo café, (...) causas principais da nossa miséria artística tradicional” (ANDRADE, 1981)<sup>21</sup>. Entre as “edificações religiosas em São Paulo e arredores”<sup>22</sup> figura a N. S. dos Remédios sobre a qual Mário de Andrade redige um breve, porém significativo, comentário:

Pertencente à Irmandade de N. S. dos Remédios, ereta em 17 de julho de 1912. Não se conhece por enquanto a data de sua instituição. A fachada do edifício atual traz no frontispício a data de 1812, fachada toda de azulejos azuis. Nesta igreja se reuniam os abolicionistas de 1888, chefiados por Luís Gama<sup>23</sup> e outros. As fotos

da fachada já se acham na sede central do SPHAN (ANDRADE, 1981, p. 81).

Restringindo-se aos breves comentários e fotografias da fachada, chama a atenção a escassez de informações sobre a técnica construtiva, o material empregado na construção e seu estado de conservação – tal como solicitado pelo diretor –, provável indício de que esta teria sido mais uma das edificações cujo acesso lhes fora negado. No entanto, fugindo ao padrão de análise que caracterizava o quadro técnico do SPHAN, durante o período que ficou conhecido como “pedra e cal”, o relatório alertava para o valor histórico da igreja dos Remédios – lugar referencial de onde partiam procissões religiosas que percorriam o centro de São Paulo (PAULA, s/d)<sup>24</sup> e que abrigava negros escravizados em fuga, no final do século XIX.

A proximidade do Pelourinho e as raízes negras dos fundadores da confraria; o abrigo dado pela igreja à tipografia do jornal abolicionista *A Redenção*, editado por Antonio Bento de Souza e Castro (LOUREIRO, 2015)<sup>25</sup> e, a partir de 1891, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, inicialmente denominada *Typographia do Estado* e localizada aos fundos da construção; e, por fim, a instalação de uma escola para os primeiros cidadãos brasileiros saídos de Lei do Ventre Livre, no interior da igreja ligaria, de forma indelével, à questão abolicionista na capital. Segundo Ney de Souza, não só os cultos religiosos ali realizados se impregnariam deste ideal abolicionista, como também os escravizados que conseguiam a liberdade “pela fuga ou violência, refugiavam-se no interior da igreja, onde costumavam depositar em oferenda os ferros que os haviam aprisionado” (SOUZA, 2004, p. 400-401).

O historiador Nuto Sant’Anna (1937), do Departamento de Cultura, foi um dos que se debruçaram em torno da incógnita da fundação da igreja dos Remédios. No artigo publicado no número inaugural da *Revista do Patrimônio*, percorrendo a documentação disponível para elucidar a data de sua construção que relatos haviam consagrado como sendo 1722 ou 1724 (SOUZA, 2004)<sup>26</sup>, chega à conclusão de que a sua construção datava de 1825 e que, ao contrário do que se afirmava, não foi erigida no mesmo local da antiga Capelinha de São Vicente, provavelmente demolida (SANT’ANNA, 1937, p. 136). Divergindo de Sant’Anna, para Souza a igreja fora construída em 1836, possuindo fachada toda rosada com portas de batentes verdes e janelas, barras e batentes em azul, tendo sido os citados azulejos inseridos

em uma reforma realizada em 1871, “azuis e brancos, cores iguais às da fita que os membros da confraria usavam” (SOUZA, 2004, p. 399).



Fonte: SANT'ANNA, 1937.

### FIGURA 3

**Página do primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional retratando a igreja dos Remédios.**

Duas fotos da fachada [*ver figura 3*] fixam a imagem da igreja assim descrita por Nuto Sant'Anna:

A igreja dos Remédios, em São Paulo, localiza-se no antigo Largo de São Gonçalo, atual Praça João Mendes. É um edifício assobradado, sem torre, de uns doze metros de frente por cinquenta de fundos. Possui no alto, do lado do frontispício e superposto ao seu segundo andar, uma pequena dependência retangular, de madeira, que substitui a torre, servindo de campanário, pois é aí que estão os seus sinos. O templo foi construído ou reconstruído em 1825. Esta data



está esculpida na pedra do arco superior da entrada principal. A sua fachada é de azulejos azuis. Possui, na frente, três portas, sendo uma central, grande e duas laterais, menores; ao alto, cinco janelas, uma claraboia em forma de rosácea, o relógio e três sinos, tudo encimado por uma cruz de ferro. Ao lado direito, quatro portas, quatro janelas em baixo [sic] e oito no andar superior. Nos fundos, cinco portas e cinco janelas. Estes já não são ocupados com ministérios religiosos, estando alugados a estabelecimentos comerciais, uma marcenaria e um restaurante (SANT'ANNA, 1937, p. 127).

A controvérsia em torno da data precisa da edificação da igreja dos Remédios, e se ela foi construída ou reconstruída no mesmo local de um templo anteriormente existente, não prejudicou o reconhecimento de sua importância histórica – fato que a fez integrar o rol de bens de interesse de preservação no Estado. A proximidade do Pelourinho, as raízes negras dos fundadores da confraria, o abrigo dado pela igreja à tipografia do jornal abolicionista *A Redenção*, e, por fim, a instalação de uma escola para os primeiros cidadãos brasileiros saídos de Lei do Ventre Livre, no interior da igreja N. S. dos Remédios a ligaria, de forma indelével, à questão abolicionista na capital. Segundo Ney de Souza, não só os cultos religiosos ali realizados se impregnariam do ideal abolicionista, como também os escravizados que conseguiam a liberdade “pela fuga ou violência, refugiavam-se no interior da igreja, onde costumavam depositar em oferenda os ferros que os haviam aprisionado” (SOUZA, 2004, p. 400-401).

Apesar das significativas apropriações por diversos grupos sociais, da forte presença, desde o século XIX, no largo ao qual emprestou seu nome, e, por fim, do reconhecimento de seu valor como patrimônio nacional por Mário de Andrade, a igreja Nossa Senhora dos Remédios teve seu fim decretado.

### **Interlúdio lírico: a fachada de azulejos azuis tomba ao chão**

É no mínimo instigante que nos seja permitido conhecer os vestígios da materialidade da desaparecida Nossa Senhora dos Remédios justamente a partir das imagens de sua demolição<sup>27</sup>. Formas, materiais e técnicas construtivas nos são reveladas e assim, de modo parcial e para sempre lacunar, temos então algumas pistas.

O desnudamento do revestimento nos revela cicatrizes, marcas que, como no cerne da madeira, indicam as etapas de sua própria construção: no bloco frontal, as ranhuras da taipa de pilão, e os vazios dos cabodás após a retirada das agulhas,

indicam o compasso ritmado do taipal e das sucessivas camadas de terra comprimida entre suas pranchas. No segmento contíguo, tijolinhos como nos jogos de montar constituem os maciços das paredes laterais. Uma cobertura principal em duas águas com telhas cerâmicas capa e canal, e um frontão com sinos a nos informar: aqui, uma igreja. Presente e passado separados por uma intenção desenhada no mapa da cidade.



Fonte: Museu Paulista-USP.

#### FIGURAS 4 e 5

#### **Início do processo de demolição: fachada lateral e as técnicas construtivas reveladas**

No alto, as telhas retiradas já mostram as curvas das cambotas como costelas descarnadas. A luz irrompe pelo vazio do telhado, claraboia imaginária. Entre policromias dos altares e delicadas pinturas em molde do pavimento superior cujas tonalidades nunca adivinharemos, as fotografias em preto e branco revelam

retábulos com brilho nos adornos e nas arestas salientes dos recortes na madeira. Douramentos? Fingimentos? Mármore que não são então iluminados por um céu real.



Fonte: Museu da Cidade de São Paulo.

**FIGURAS 6 e 7**

**Retirada das tábuas do forro da nave central e remontagem no chão de arco com data de 1825**

De repente, um instante. Homens de chapéus analisam. Um arco cingido. 1825. Reside no chão como lápide antecipatória. No piso, onde outrora existiam tábuas de madeira enceradas, restam os vazios dos barrotes. E farpas. E terra. Os rodapés testemunham o contínuo depositar da dissolução. E a luz não se sabe mais se invade o espaço da nave ou se despede.



Fonte: Museu Paulista-USP.

**FIGURA 8**

**Interior da nave da igreja dos Remédios, 1942**

**Epílogo**

A última missa na igreja Nossa Senhora dos Remédios, realizada em 1942, sacramentaria o destino da construção e dos objetos que compunham seu interior:

Cedendo ao impulso progressista da cidade, dentro em breve, para dar lugar à avenida Circular, deixará de existir a tradicional igreja dos Remédios (...).

Desde 6.a feira, quando na presença da Irmandade de N. Senhora dos Remédios, foi ali oficiada a última missa e após

retiradas as imagens, o tempo ficou à espera da demolição, que será ultimada dentro de poucos dias.

Para esse fim, em data de ontem, o sr. arcebispo metropolitano assinou o seguinte interessante decreto “reduzindo a igreja de Nossa Senhora dos Remédios ao uso profano, para que possa ser demolida:

(...) Tendo a Prefeitura Municipal de São Paulo determinado a desapropriação da tradicional igreja de Nossa Senhora dos Remédios, sita à praça João Mendes, afim de abrir uma nova avenida e estando já resolvida judicialmente a desapropriação do mencionado templo, pelo presente decreto, (...), havemos por bem reduzir o supra citado templo (...) ao uso profano, para que possa ser demolido. Todos os objetos e alfaias sacras deverão ser retirados pela Confraria de Nossa Senhora dos Remédios e guardados em lugar seguro, deles lavrando-se um inventário que será registado no livro de Atas da Irmandade e arquivado como de costume. Entrará em vigor no dia 7 do corrente, não sendo desta data em diante permitido nenhum ato do culto na igreja de Nossa Senhora dos Remédios (O ESTADO DE S. PAULO, 6 dez. 1942, p. 11).



Fonte: Acervo Museu de Arte Sacra de São Paulo / Fotografia de Iran Monteiro.

### FIGURA 9

#### **Azulejo português com fundo branco e desenho na cor azul, remanescente da desaparecida igreja dos Remédios**

A partir daí já sabemos como a história continua. A morte precoce de Mário de Andrade em 1945. A transposição dos ofícios da igreja dos Remédios para um novo templo no bairro do Cambuci. O primitivo Largo dos Remédios, esvaziado de sua materialidade e de qualquer referência de seu entrelaçamento com a história da população negra, com os fatos que marcaram sua resistência, sua religiosidade, e a abolição da escravidão. Resta, no local, uma pavimentação ordinária e um vazio



cujo silêncio, sem dúvida, remete aos sentidos ocultos, às disputas e apagamentos, e permanece como possibilidade de reflexão. Não por acaso esta história, que se entrecruza com a própria figura do escritor de Pauliceia Desvairada, permite infinitas leituras que aqui apenas se iniciam.

## NOTAS

1. Denominação proveniente da presença da igreja de São Gonçalo, edificada no século XVIII, e indicada para tombamento por Mário de Andrade que chamou a atenção para “as numerosas reformas através dos tempos” (ANDRADE, 1981, p. 81-82). Ver: TIRAPELI, 2003, p. 224-226; MARTINS, 2003, p. 265-266.
2. A data da instalação da Casa de Câmara e Cadeia no largo teria se dado, segundo Wilson Fina (1962), em 1789, e segundo Antônio Porto (1996), em 1787 – data em que, após ocupar prédios alugados em vários locais, o Senado da Câmara mandaria erigir um sobrado. O prédio sofreria uma reforma em 1817, e passaria a abrigar a Assembleia Legislativa do Estado a partir de 1835. Ver FINA, 1962, p. 93 e PORTO, 1996, p. 102.
3. O Teatro São José foi inaugurado em 1864 antes mesmo de estar concluído. Segundo Geraldo Sesso Jr. (1995, p. 84), as obras seriam terminadas somente em 1874, sendo, duas décadas depois, em 15 de fevereiro de 1896, destruído por um incêndio. Segundo Gerodetti (1999, p. 134), no entanto, teria sido incendiado em 1884.
4. Atual Largo 7 de Setembro.
5. Como ficou conhecida a proposta *Introdução ao Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo* publicado, em 1930, pela Companhia Melhoramentos (LEME, 1990, p. 2).
6. Formado engenheiro civil pela Escola Politécnica de São Paulo, em 1911, João Florence de Ulhôa Cintra integrou o corpo funcional da administração municipal de São Paulo entre 1913 e 1944. Em 1927, Ulhôa Cintra assumiu a chefia da Comissão de Melhoramentos do Tietê e, em 1938, na gestão do prefeito Prestes Maia, tornou-se Diretor Geral de Obras do Município – cargo em que permaneceu até 1944. Cf. LUCCHESI, 2016.
7. O engenheiro Francisco Prestes Maia iniciou suas atividades na Diretoria de Obras Públicas (D.O.P), da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo do Estado, logo após ter se formado, em 1918. Entre 1924 e 1926, tornou-se membro da comissão técnica criada para acompanhar o desenvolvimento da proposta do Perímetro de Irradiação concebido por Ulhôa Cintra em 1922, firmando-se, a partir de então, uma profícua parceria entre ambos.
8. “A grande ampliação da praça João Mendes, estendida até a rua Tabatinguera, exigiu cerca de 3 milhões de cruzeiros com expropriações, inclusive a da igreja dos Remédios, *de valor histórico e artístico discutível* e cuja situação estrangulava a melhor passagem para os bairros da Glória e Liberdade. A abertura dessa praça, que será rebaixada de nível numa altura de 1,70ms. no ponto mais atingido, *permitirá novas vistas sobre os fundos da Catedral e do Palácio da Justiça, convidando à remodelação da fachada deste último*. Com a junção com o atual largo Sete de Setembro, serão feitas as adaptações para terminais das linhas de bonde que hoje descem até o centro” (Ata da Assembleia Legislativa de São Paulo, 1941, p. 369. Fonte: Acervo CAPP - UNIFESP).
9. A pesquisa realizada por Bianca Vicente (2019) investigou junto à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em especial o *Correio Paulistano*, e aos acervos digitais dos jornais o *Estado de S. Paulo* e do Grupo Folha, no período (1937 a 1945), referências às obras em questão no antigo Largo dos Remédios. Ao considerar o recorte da pesquisa, no acervo da

Hemeroteca foram localizadas cinquenta e quatro notícias; no Acervo Digital Online do Grupo Folha foram encontradas oito notícias e no Acervo Digital do Estado de São Paulo, trinta e uma reportagens (VICENTE, 2019, p. 3).

10. Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945). Professor de piano e de História da Música no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, escritor, crítico de literatura e de arte, e um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna de 22. Em 1937 tornou-se Assistente Técnico do escritório do SPHAN-SP, e em 1938 realizou a Missão de Pesquisas Folclóricas ao Norte e Nordeste. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/patrono/index.php?p=1076> e <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20650/mario-de-andrade>. Acesso em: 7 fev. 2021.
11. Paulo Alfeu Junqueira Duarte (1899-1984). Graduado em Direito em 1924, dedicou-se ao jornalismo e à literatura. Além do intenso ativismo político que resultou em exílios em Portugal, França e Estados Unidos, teve papel de destaque no campo da cultura, tendo integrado o grupo que materializou a criação da Universidade de São Paulo, na década de 1930. MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 189-193, 1994. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 mar. 2020.
12. Sérgio Milliet da Costa e Silva (1898-1966). Escritor, crítico de arte, sociólogo, professor, tradutor, pintor. Participou da Semana de 22 em São Paulo, tornando-se porta-voz das ideias de vanguarda difundidas pelo grupo – especialmente em sua participação em revistas brasileiras como Klaxon, Terra Roxa, Ariel e Revista do Brasil. A partir de 1935, foi nomeado chefe da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura de São Paulo. SÉRGIO Milliet. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa252/sergio-milliet>. Acesso em: 27 mar. 2020. Verbetes da Enciclopédia.
13. Data em que o então presidente da República, Getúlio Vargas, outorgou uma nova Constituição, instaurando no país o regime conhecido como Estado Novo (1937-1945).
14. Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). Advogado, jornalista e escritor mineiro que, entre 1930 e 1935, atuou como chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde, estando, de 1937 a 1967, à frente da diretoria do recém-criado SPHAN. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24770/rodrigo-melo-franco-de-andrade>. Acesso em: 7 fev. 2021.
15. A esse respeito, ver também S. Rubino. O mapa do Brasil passado. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 24, 1996 e M. V. M. Santos. Nasce a Academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996.
16. Segundo SANT'ANNA (1995, p. 86), Rodrigo M. F. de Andrade e seu corpo de juristas, na redação final do Decreto-lei n. 25/37, teriam sido influenciados pelas soluções consagradas na Europa, reduzindo, em muito, a pluralidade do universo cultural abrangido por Mario de Andrade.
17. Sigla correspondente à denominação sugerida por Mário de Andrade de *Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*.
18. “Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias, que fiz e não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia. Não sou nem turrão nem vaidoso de me ver criador de coisas perfeitas. Assim não tema jamais me magoar por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto. (...) O que fiz foi teoria e acho bom como teoria”. Carta de Mário de Andrade a Rodrigo M. F. de Andrade, datada de 29 de julho de 1936 (ANDRADE, 1981, p. 60).
19. Márcia Chuva (1998) resgata o parecer de Judith Martins, segundo a qual: “Reduzir o projeto inicial a esse Decreto-lei [25/37] foi uma luta tremenda (...). O Mário de Andrade subordinava todos os museus ao Patrimônio. Os diretores de museus se insurgiram, não

- quiseram concordar. E o trabalho de elaboração desse Decreto-lei foi muito grande, levou muitos meses para concatenar todos os pareceres e reduzi-los à essência” (MARTINS. *Apud.* CHUVA, 1998, p. 137-138).
20. Cargo do qual viria a se afastar no início do ano de 1938 para se dedicar integralmente às atividades desenvolvidas no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (CAMPOS, 2006), por poucos meses até ser demitido.
21. “Não é possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão de Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos sécs. XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as causas principais da nossa miséria artística tradicional. Ou ruínas de quanto o progresso rastaquera não cuidou de conservar, ou precariedades duma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava de delícias que aventura. Se é sempre certo que sobram aos Paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade” (ANDRADE, 1981, p. 80).
22. Ordem Terceira de N. S. do Carmo, Nossa Senhora da Boa Morte, Convento de N. S. da Luz, São Benedito e São Francisco, N. S. dos Remédios, igreja de São Gonçalo, igreja de São Miguel, Capela de Santo Antônio (ANDRADE, 1981, p. 81-82).
23. Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882). Poeta, jornalista e advogado. Embora nascido livre, em Salvador, é vendido pelo pai, aos dez anos de idade, para saldar dívidas. Após aprender a ler, aos dezoito anos foge para São Paulo. Torna-se orador e conhecedor das leis assinadas em defesa dos negros, conseguindo a libertação de mais de 500 escravos até 1880. LUIZ Gama. *In:* ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3015/luiz-gama>. Acesso em: 7 fev. 2021.
24. “Da igreja dos Remédios saíam as únicas e célebres procissões da Capital como a do enterro, na Sexta-feira Santa, e da Ressurreição, na madrugada de Domingo de Ressurreição. Que espetáculos maravilhosos constituíam estas manifestações de fé. À do enterro, à qual comparecia enorme massa de fiéis, era precedida de centenas de lanternas. Disputavam, os homens, para carregarem uma lanterna. (...) Após as lanternas vinha Irmandade com seu hábito azul e branco, todos carregando suas tochas” (PAULA, s/d, p. 11).
25. Discípulo de Luis Gama, Antonio Bento formou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1868. Ficou conhecido por liderar uma organização secreta conhecida como Movimento dos Caifazes. A esse respeito ver LOUREIRO, Edison. Os caifazes de Antônio Bento. *São Paulo Passado: um pouco da história da capital paulista*. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://saopaulopassado.wordpress.com/2015/03/24/os-caifazes-de-antonio-bento/>. Acesso em 14 abr. 2020.
26. Segundo Souza (2004, p. 398), “o culto a Nossa Senhora dos Remédios, no Brasil, nasceu possivelmente no mosteiro da Bahia, que trouxe de Portugal essa tradição. A imagem primitiva, a mesma que é venerada hoje, é de terracota e foi feita em 1650 por um artista anônimo português. A construção do altar para abrigar a imagem foi realizada pelo grupo de escravos que fundou, no mesmo ano de 1722, a confraria de Nossa Senhora dos Remédios”.
27. Sobre a demolição da igreja dos Remédios não foram localizados documentos que comprovassem o início preciso e quem executou o arrasamento. O Diário Oficial do Estado de S. Paulo de 11 de fevereiro de 1942, na seção Diário dos Municípios/Prefeitura do Município de São Paulo, registra a informação expedida pelo Departamento de Obras Públicas: “Aceitação de propostas. 17.305-42. Pelo Sr. Diretor, por despacho dado no processo n. 17.305-42, foi aceita a proposta do Sr. Ciro [Hayat] para proceder a demolição dos prédios 150 – 52 – 56 da rua Irmã Simpliciana e 159 e 163 da rua Conde do Pinhal. 18.354-42. Pelo Sr. Diretor, por despacho dado no processo n. 18.354-42, foi aceita a proposta do Sr. Fioravante Spacchere para proceder a demolição dos prédios 118 – 20 – 22 da rua Irmã Simpliciana”. Tratavam-se, provavelmente de particulares que emitiam propostas de demolição via dispositivo de Concorrência Pública.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Mec-Sphan; Pró-Memória, 1981.
- ANDRADE, R. M. F. de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MinC, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ATIQUÊ, Fernando; VICENTE, Bianca. *Igreja Nossa Senhora dos Remédios: notícias de um desaparecimento*. Artigo Exposição Virtual “Pauliceia Esfacelada”. Guarulhos Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2021. Mimeo. Disponível em: [www.pauliceia-esfacelada.com](http://www.pauliceia-esfacelada.com).
- CAMPOS, E. Mário de Andrade, Paulo Duarte e a proteção dos bens culturais paulistas. *Informativo do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, set./out., 2006. Grifo nosso.
- CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Niterói, 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.
- EM FAVOR da catedral. *Correio Paulistano*, p. 4, 8 nov. 1942.
- FINA, Wilson Maia. *Paço Municipal de São Paulo: sua história nos quatro séculos de vida*. São Paulo: Anhembi, 1962.
- GERODETTI, J. E. *Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas, 1999.
- IGREJA dos Remédios. Decreto da autoridade eclesiástica reduzindo o tradicional templo ao uso profano para que possa ser demolido. *O Estado de S. Paulo*, p. 11, 6 dez. 1942.
- INSTANTÂNEOS da cidade. *Correio Paulistano*, p. 4, 9 fev. 1940.
- LEME, Maria Cristina da Silva. *Revisão do Plano de Avenidas: um estudo sobre o planejamento urbano em São Paulo, 1930*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- LUCHESE, Maria Cecília. João Florence de Ulhôa Cintra: influências, amizades e profissão. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v. 14, n. 1, p. 99-105, 2016.
- MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.
- MAIA, Francisco Prestes. *Os Melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1945.
- MARTINS, Antonio Edydio. *São Paulo antigo, 1554-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- O 5º ANIVERSÁRIO da fundação da Frente Negra Brasileira. *Correio Paulistano*, p. 6, 22 set. 1936.
- PAULA, Dom Ernesto de. *São Paulo do meu tempo*. São Paulo: Ave Maria. s/d.

PORTO, Antônio Rodrigues. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.

SANT'ANNA, M. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.

SANT'ANNA, N. A igreja dos Remédios. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, p. 127-137, 1937.

SESSO JÚNIOR, G. *Retratos da velha São Paulo*. São Paulo: Maltese, 1995.

SOUZA, N. de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004)*. São Paulo: Paulinas, 2004.

NOTAS e comentários: edifício do congresso. *Correio Paulistano*, p. 5, 21 nov. 1942.

TIRAPELI, Percival. *Igrejas paulistas: barroco e rococó*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TRANSFORMAÇÃO das Praças João Mendes e 7 de Setembro: está condenada ao desaparecimento a tradicional igreja dos Remédios. *Folha de São Paulo*, p. 7, 26 fev 1939.

VAI SER AMPLIADA a Praça Sete de Setembro. *Correio Paulistano*, p. 3, 26 de fev. de 1939.

VICENTE, B. J. de M. *Demolição no Largo dos Remédios: Levantamento de fontes oficiais, da imprensa e iconográficas com suporte à História do Perímetro de Irradiação (1937-1945)*. Relatório Intermediário Bolsa TT-1 FAPESP, integrante do Projeto “Pauliceia Esfacelada:” uma investigação sobre a demolição de espaços na área central de São Paulo e suas representações midiáticas. São Paulo, 2019.

**Cristiane Souza Gonçalves** é Pós-Doutoranda no Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em Guarulhos, São Paulo. Mestre e Doutora em Teoria e História da Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Patrimônio Arquitetônico: Teoria e Projeto pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

**Como citar:**

GONÇALVES, Cristiane Souza. Mário de Andrade e os azulejos azuis no centro de São Paulo: historiando o desaparecimento da igreja Nossa Senhora dos Remédios. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 26-49, jul./dez. 2021. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).